

Espaço regional e centralidade urbana: uma discussão sobre os meios de hospedagem a partir do período sanatorial na cidade de São José dos Campos – SP

Regional space and urban centrality: a discussion about the means of lodging from the sanatorium period in the city of São José dos Campos – SP

Espacio regional y centralidad urbana: una discusión sobre los medios de hospedaje del período sanatorio en la ciudad de São José dos Campos – SP

Lincoln Augusto Taddeo Firoozmand¹
Sandra Maria Fonseca da Costa²

Resumo: Este artigo apresenta uma análise sobre a centralidade urbana exercida pela cidade de São José dos Campos – SP, entre 1900 e 1940, a partir de uma discussão sobre o surgimento dos meios de hospedagem. Para o desenvolvimento da discussão proposta, optou-se por uma metodologia exploratória, de abordagem qualitativa e de revisão bibliográfica, desenvolvida a partir de dados históricos multifontes. Como resultado, constatou-se que, no primeiro decênio do século XX, a cidade de São José dos Campos, localizada na região do Vale do Paraíba – SP, possuía uma economia agrária, mas a função senatorial possibilita mudanças em sua estrutura econômica e social, em razão do desenvolvimento de atividades hospitalares voltadas à cura da tuberculose. Atraídos pelo clima, doentes buscavam na cidade tratamento para as doenças respiratórias e, pela doença, São José dos Campos se modernizou. Neste período, surgiram novas estruturas urbanas, bairros foram planejados e avenidas foram alargadas, assim como são criados os meios de hospedagem, tais como pensões e hotéis, para atender os doentes. A partir das intervenções realizadas no espaço urbano, novas centralidades surgiram no território e os meios de hospedagem se amplificaram, impulsionando a expansão do capital, a modernização da cidade e a produção social do espaço urbano.

Palavras-Chave: Espaço Regional; Centralidade; Hospedagem; São José dos Campos.

Abstract: This article presents an analysis of the urban centrality carried out by the city of São José dos Campos - SP, between 1900 and 1940, based on a discussion about the emergence of the lodging facilities. For the development of the proposed discussion, we opted for an exploratory methodology, with a qualitative approach and bibliographic review, developed from historical data from multiple sources. As a result, it was found that, in the first decade of the 20th century, the economy of the city of São José dos Campos, located in the region of Vale do Paraíba - SP, was agrarian, but the senatorial function allows changes in its economic and social structure, due to the development of hospital activities aimed at curing tuberculosis. In this period, new urban structures emerged, neighborhoods were planned, and avenues were widened, as well as lodging facilities, such as pensions and hotels, were created to serve the sick. From the interventions carried out in the urban space, new centralities emerged in the territory and the means of accommodation were amplified, driving the expansion of the capital, the modernization of the city and the social production of the urban space.

Key words: Regional Space; Centrality; Accommodation; São José dos Campos.

Resumen: Este artículo presenta un análisis de la centralidad urbana ejercida por la ciudad de São José dos Campos - SP, entre 1900 y 1940, basada en una discusión sobre el surgimiento de los medios de hospedaje. Para la discusión, optamos por una metodología exploratoria, con enfoque cualitativo y una revisión bibliográfica, desarrollada a partir de datos históricos de múltiples fuentes. Como resultado, se descubrió que, en la primera década del siglo XX, la ciudad de São José dos Campos, ubicada en la región de Vale do Paraíba - SP, tenía una economía agraria, pero la función senatorial permitió cambios en su estructura económica y social, debido al desarrollo de actividades

¹ Universidade do Vale do Paraíba. ORCID: 0000-0002-2033-3537. E-mail: l.firoozmand@gmail.com.

² Universidade do Vale do Paraíba. ORCID: 0000-0003-0540-228X. E-mail: sandra@univap.br.

hospitalarias destinadas a curar la tuberculosis. Atraídos por el clima, enfermos buscaron cura para enfermedades respiratorias en la ciudad. En este período, surgieron estructuras urbanas, se planificaron vecindarios y se ampliaron avenidas, y se crearon instalaciones de hospedaje, como pensiones y hoteles, para los enfermos. A partir de las intervenciones realizadas en el espacio urbano, surgieron nuevas centralidades en el territorio y se amplificaron los medios de alojamiento, impulsando la expansión de la capital, la modernización de la ciudad y la producción social del espacio urbano.

Palabras clave: Espacio regional; Centralidad; Hospedaje; São José dos Campos.

1 Introdução

É possível que a noção de espaço tenha sido observada e percebida pelos seres humanos antes da noção de tempo. Línguas antigas que nos deixaram registros como as dos sumérios, os egípcios e outros idiomas antigos, tendem a espacializar o tempo (CARDOSO, 1998).

Ainda de acordo com Cardoso (1998), a orientação espacial expandiu-se acompanhando o desenvolvimento do órgão que fornece informações sobre as relações espaciais, o olho. Entretanto, a elaboração dessas informações pressupõe um modelo específico da realidade, que pode variar de espécie para espécie.

Segundo Lefebvre (2006), a produção do espaço conquista um caráter de globalidade, uma superestrutura, um verdadeiro conjunto de relações, que intervêm na própria produção, propriedade que os outros produtos não têm, numa acepção ordinária e trivial, apesar de o espaço ser produzido e negociado como mercadoria, coisa e objeto. Para o autor, a forma capitalista de produção dispõe relações de todo tipo sobre o terreno, o qual reage sobre elas, sem que haja correspondência exata, seguidamente definida, entre as relações sociais e espaciais.

Neste sentido, Albach et. al (2012) nos expõe a reflexão contemplada por Lefebvre (1999), em que o autor pondera que especialmente as sociedades dos amplos centros urbanos marcham para o que ele denomina de sociedade urbana. Esta manifesta-se, por sua vez, a partir da industrialização que domina e centraliza a produção agrícola e ao mesmo tempo se distancia do mundo rural. Nas palavras do próprio autor “o tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária” (LEFEBVRE, 1999a, p.17).

Nos estudos de Santos (1993), podemos observar que o espaço, segundo o autor, deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Todavia, considerá-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, por meio da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes. Sua divisão em partes deve ser operada segundo uma variedade de critérios — os elementos do espaço. Esses elementos poderiam ser

De acordo com Elkhouri (2010), a cidade de São José dos Campos transpôs dois marcantes momentos: o primeiro conhecido como a chamada fase sanatorial e o segundo, a partir da década de 1950, com o acelerado processo de industrialização que despontou o município para a modernização e o crescimento urbano.

O município teve um papel importante no tratamento de doenças respiratórias ao longo da primeira metade do século XX. Para abrigar os enfermos, sanatórios foram criados na tentativa de tratar pacientes que buscavam amparo, assistência médica e filantrópica.

Os deslocamentos realizados pelos viajantes e as causas espaciais da fixação de meios de hospedagem no espaço urbano, se tornaram consequências de um modo e um sentido, que circunda o conhecimento e a exposição da cidade, e de sua dialética urbana (CAVENAGHI, 2011).

Diante deste enorme desafio a cidade de São José dos Campos se modernizou por meio da doença. Estruturas urbanas e bairros planejados passaram a fazer parte da agenda do governo, que precisou intervir pela limpeza das ruas, alargamento das avenidas e novos meios de hospedagem, bem como o regulamento municipal das pensões para tuberculosos, objetivando atender a população que procurava a cidade em busca de tratamento médico hospitalar

2 Referencial teórico

2.1 Espaço urbano regional: algumas proposições

A alteração acerca do estudo sobre centralidade urbana contorna alguns debates iniciais sobre espaço urbano e à sua reprodução, por conta de o tema centralidade propiciar uma série de análises e reflexões sobre as dinâmicas socioeconômicas da urbanização que repercutem na cidade e, por conseguinte, no espaço urbano.

Motivadas por novas formas de expansão e urbanização acelerada, presenciamos, velozmente, a uma mudança na escala da cidade, que deixa seu quadro espacial tradicional dissolvendo-se pelo território e convertendo-se numa massa fragmentada. Para Grinover (2009), estamos em face de um modelo de desenvolvimento do espaço urbano que alimenta um sentido de cidade, a partir de uma somatória de tecidos urbanos soltos.

Por essa razão, compreender o que é o espaço urbano, como ele é produzido e quem o produz é fundamental para se ter uma melhor clareza do que é a cidade e o urbano. De acordo

com Carlos (1992), a cidade capitalista é um lócus da produção industrial, lugar onde se concentra mão de obra, fábricas, equipamentos (energia elétrica, água, transportes etc.), além de grande parte da população mundial. Neste sentido, a aglomeração e a concentração são duas características peculiares da cidade capitalista, enquanto produção.

A partir dessa perspectiva de análise do espaço urbano, enquanto produto social e material, não se pode deixar de ponderar a respeito da formação da sociedade de classes, pois é justamente a dinâmica de funcionamento desta sociedade que atribui a peculiaridade de natureza social ao espaço. Neste sentido, as relações espaciais tornam-se puramente sociais, uma vez que o espaço geográfico e mais especificamente o espaço urbano revela-se como a materialização da própria sociedade. Portanto, conforme Júnior e Santos (2010) ratificam, o espaço geográfico está diretamente relacionado à produção humana em suas dimensões histórica e social, e não é exterior à sociedade. Não obstante, o espaço geográfico é produto, condição e meio para todas as práticas humanas.

O espaço socialmente produzido é uma estrutura criada, comparável a outras construções sociais resultantes da transformação de determinadas condições inerentes ao estar vivo, exatamente da mesma maneira que a história humana representa uma transformação social do tempo. (SOJA, 1993, p. 101-102).

Ao observarmos o espaço urbano verificamos que é nele onde se concretizam as relações sociais e a reprodução da sociedade. A sua formação territorial, espelha a divisão da sociedade em classes, por meio de um conjunto de distintos usos da terra, no qual se encontram o centro da cidade, lugar esse de concentração dos serviços, indústrias, gestão, lazer e diferentes áreas.

Neste sentido, Soja (1993), analisa que o espaço socialmente produzido é uma estrutura criada, análogo a distintas construções sociais decorrentes da conversão de determinadas condições inerentes ao simples ato de estar vivo, exatamente da mesma maneira que a história humana representa uma transformação social do tempo.

Nas análises de Santos (1997), quando estudamos um dado espaço, se nós cogitarmos apenas dos seus elementos, da sua natureza ou das possíveis classes desses elementos, possivelmente não ultrapassaremos o domínio da abstração. É somente a conexão que existe entre as coisas que nos permite realmente conhecê-las e defini-las. Fatos isolados são irrealidades e o que lhes dá concretude é justamente a relação que mantêm entre si.

Quando verificamos na obra de Milton Santos – *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, na qual o autor discute o conceito de espaço geográfico, associando-o à evolução das técnicas e às noções de objeto e de ação, compreendidos enquanto sistemas e analisados desta maneira, observamos que:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá (SANTOS, 1997, p. 63).

Por essa razão, a noção de produção do espaço nos guia a considerar o Estado como sendo o principal sujeito articulador da ação. E o Estado, como sendo aquele da dominação política; o capital, com suas estratégias direcionadas para a reprodução continuada às frações do capital, o industrial, o comercial e o financeiro, por meio de suas articulações com os demais setores da economia.

Em crítica a esse modelo articulador proveniente de estado e capital, Lefebvre (1999) destaca que a sociedade urbana contemporânea, e principalmente a sociedade Latino Americana, tende a viver em um constante confronto urbano que se sobrevém, em especial, nas favelas, justamente provocados pelas desigualdades provenientes da dominação do capital e da constante ausência do estado. (LEFEBVRE, 1999).

Dessa maneira, a atuação do Estado na produção do espaço urbano torna-se bastante multiforme. Pois, se por um lado ele é um grande proprietário fundiário e consumidor de espaço, por outro lado ele também é regulador do solo urbano por meio das leis e normas. Sobre essas leis e normas vinculadas ao uso do solo, Corrêa (1997), sustenta que o estado dispõe de um variado conjunto de instrumentos, que o possibilita agir sobre a regulamentação do solo urbano, a limitação da superfície da terra de que cada um pode se apropriar, a organização de mecanismos de crédito à habitação, investimento público na produção do espaço ou mesmo o direito de desapropriação e precedência na compra de terras.

Segundo Scott (1980), a compreensão dos processos urbanos só é possível a partir dos processos de produção que se iniciam sob as relações sociais capitalistas. Para o autor, o valor de uso da terra, depende, diretamente, dos efeitos agregados das atividades individuais, econômicas e sociais, além da intervenção direta social do estado, que é o responsável pelas melhorias de infraestrutura e por serviços públicos oferecidos à população.

A produção do espaço, em suas linhas mais gerais, consiste na modificação de um território para que sobre o mesmo possa assentar-se e viver uma população, se a produção do espaço é capitalista, a produção se realiza para o mercado, e o território modificado, o espaço produzido, tem um valor de troca, é uma mercadoria (CASTRO, 1980, p.13).

Os diferentes autores que enfatizam a produção social do espaço, favorecem em suas análises, os aspectos da formação social. Eles buscam examinar as relações histórico-sociais que se estabeleceram entre o modo de produção capitalista e o Estado, aproximando-se sob uma perspectiva histórica dos distintos aspectos da luta de classes, do processo de acumulação de capital, da desigualdade de desenvolvimento, da reprodução das relações de produção e da ideologia (MATZIN, 2006).

De acordo com Carlos, Souza e Sposito (2011), o entendimento do espaço, seja ele o da rede urbana ou do intraurbano, não é somente resultado da negligência do estado, mas sim, da consequência da ação de agentes concretos, históricos, providos de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadoras de contradições e geradoras de conflitos, podendo ser entre eles mesmos ou com outros segmentos da sociedade.

Em sua dimensão de prática socioespacial, a produção do espaço revela a realização da vida cotidiana, o modo como se produz o espaço da vida nos modos de apropriação-uso que a sociedade faz do espaço como momento da sua produção. Neste sentido, considerando que a produção do espaço traz como consequência sua reprodução, deparamo-nos com a necessidade de pensar o movimento da história que a explicita e, nesse sentido, a reprodução ganha estado de categoria central de análise decorrente da necessidade de compreensão do movimento firme e constante em direção a realização da sociedade (CARLOS, 1989).

Na visão de Castells (2000), o espaço é concebido como produto material de uma determinada formação social. Desta forma, segundo o autor, a produção do espaço urbano depende diretamente da articulação espacial entre as estruturas econômicas, políticas e ideológicas dessa sociedade. O espaço urbano em si pode ser considerado uma unidade espacial de reprodução da força de trabalho, assim como outros meios de consumo coletivo que constituem a base da vida cotidiana de todos os grupos sociais.

Assim sendo, o espaço urbano, segmentado, articulado e caracterizado por diferentes formas de uso da terra, torna-se uma forma espacial produto de diferentes dinâmicas urbanas. Neste sentido, a compreensão sobre centralidade justifica-se na redefinição desta forma espacial assim como também pela própria dinâmica social contemporânea.

2.2 Centralidade urbana

Estudos recentes destacam que cidade e centralidade estão intrinsecamente relacionadas e que essa relação foi sendo transformada ao longo do processo histórico e das transformações urbanas espaciais decorrentes das últimas décadas. Como nos apresenta Lefebvre (1999), não existe cidade, nem realidade urbana, sem que haja um centro.

A busca pela compreensão sobre os conceitos de lugar e de centralidade, dentro de um contexto urbano, constitui uma tentativa pela aproximação/articulação entre dois importantes conceitos no âmbito da produção do conhecimento geográfico. O primeiro, sendo sobre as relações entre agentes, escalas e conflitos, como forma de salientar a importância do conceito de produção do espaço e, o segundo, compreendendo como as condições objetivas dos lugares são subjetivamente vividas pelos diferentes agentes produtores de espaço.

De acordo com Relph (1979), no campo fenomenológico, o lugar pode ser compreendido, como um fenômeno da experiência humana. Para o autor, os lugares clamam nossas afeições e obrigações, pois conhecemos o mundo, através daqueles nos quais vivemos. Sendo assim, lugares são existenciais e uma fonte de autoconhecimento e responsabilidade social.

O lugar ainda pode ser compreendido, a partir de três componentes que se inter-relacionam: traços físicos, atividades e funções observáveis, assim como os significados e símbolos. Investigar os lugares, significa examinar um fenômeno específico do mundo vivido, elucidando a diversidade e a intensidade de nossas experiências (RELPH, 1979). Sendo assim, os lugares são reflexo e condição para a reprodução das relações políticas, sociais e econômicas, nas suas mais diversas escalas de análise, possibilitando sempre dialetizar a relação sociedade-espaço.

Para Lefebvre (1999), a compreensão sobre centralidade constitui, o que o autor chama de fenômeno urbano. Para ele, a centralidade é considerada a partir do movimento lógico que a

constitui e a destrói, e que, ao mesmo tempo, a cria e a extingue. A centralidade sempre reivindica um conteúdo. Portanto, a cidade não cria nada, ela apenas centraliza as criações. Nesta acepção, nada pode existir, portanto, sem intercâmbio, sem aproximação, sem proximidade e sem relações.

A ótica da produção espacial dos serviços e do comércio, por exemplo, surge no espaço urbano-regional, a partir de uma hierarquização de centros e subcentros, algo trivializado pela aplicação da Teoria das Localidades Centrais em diferentes contextos espaciais.

Publicada por Christaller (1966), a Teoria do Lugar Central, partiu do questionamento feito sobre a existência ou não de leis que determinassem o número, a distribuição e o tamanho das cidades, buscando, portanto, construir uma teoria que evidenciasse o princípio de ordenação na sua distribuição. O princípio central da sua suposição consistia em afirmar que as cidades atuam como lugares centrais, com relação ao território circundante, em virtude de uma maior densidade da população frente ao seu entorno e à centralização de artigos e principalmente serviços necessários para uma área além da sua própria (TOURINHO, 2004).

O estudo publicado por Christaller, partiu do questionamento feito pelo alemão sobre a existência ou não de leis que determinassem o número, a distribuição e o tamanho das cidades. Buscando, portanto, construir uma teoria que evidenciasse o princípio de ordenação na sua distribuição, Christaller passou a estabelecer algumas hipóteses iniciais, e a partir delas, desenvolveu um método, que anos mais tarde aplicou-se às cidades da região sul da Alemanha.

O princípio central da sua suposição consistia em afirmar que as cidades atuam como lugares centrais, com relação ao território circundante, em virtude de uma maior densidade da população frente ao seu entorno e à centralização de artigos e principalmente serviços necessários para uma área além da sua própria (TOURINHO, 2004).

Tendo em conta que os lugares centrais compreendem tamanhos distintos e conseqüentemente, servem a regiões também de distintos tamanhos, Christaller introduziu em seu conceito de centralidade, a noção de diferentes níveis de lugares centrais, podendo se falar de lugar central de primeira ordem, segunda ordem e assim por diante. Isto posto, Christaller definiu o conceito de centralidade como um atributo variável dos lugares centrais, dependendo do seu poder de atração e acessibilidade.

É possível observar nas discussões propostas por Christaller, que a cidade é um centro de uma comunidade regional e o centro, o mediador das relações comerciais dessa comunidade.

A sua função é, portanto, ser o lugar central da comunidade. Os lugares centrais também variam em importância, ou seja, os de ordem mais alta dominam regiões maiores que os de menor ordem, e conseqüentemente, desempenham um maior número de funções centrais e, por conseguinte, tem uma maior centralidade (TOURINHO, 2004).

Os bens e serviços providos pelos lugares centrais, pela sua natureza central, são classificados como bens e serviços centrais. Enquanto os bens de ordem mais alta são oferecidos por lugares centrais de ordem alta, os bens de ordem mais baixa são oferecidos tanto por lugares de ordem baixa como de ordem alta. Neste sentido, a região em relação à qual o lugar central é o centro, essa é designada por região complementar. Portanto, nela verificam-se relações em ambas as direções: cidade campo e campo cidade. As regiões complementares passam a ser do mesmo modo de ordens alta e baixa, isto é, apresentam-se hierarquizadas.

A distância econômica mensurada em tempo e custo, desempenha um papel vital na determinação das regiões complementares. Esta permite definir o alcance de um bem, ou seja, a maior distância que uma população dispersa estaria disposta a percorrer com vista a adquirir um bem oferecido por um lugar. O limite do alcance, por conseguinte, é menor se houver competição de um outro centro do mesmo nível hierárquico (GAMA, 1983).

Um outro importante fator no desenvolvimento dos lugares centrais é o nível de rendimento de que dispõem os habitantes daquela localidade. É possível observar uma relação funcional entre o tamanho de um lugar central, por um lado, e os tamanhos da região complementar, da sua população e do seu rendimento, por outro. Por essa razão, como os bens centrais oferecidos por um lugar maior têm, deste modo, um abarcamento maior do que os oferecidos por um lugar menor, os centros de ordem mais alta acabam conseqüentemente oferecendo um maior número de bens centrais, tendo por isso, uma influência imediata no alcance de um bem central (CHRISTÄLLER, 1966).

A teoria sustenta-se, portanto, no aspecto central dos lugares de distribuição de bens, ou seja, no princípio da centralidade dos lugares, no arranjo de bens que se agrupam em funções e na aceção de uma área de influência desses lugares na distribuição de bens. Segundo Christaller (1966), de acordo com o nosso sistema econômico, estes bens e serviços são oferecidos centralmente nas cidades, ou outros lugares centrais, justamente porque é mais vantajoso quando analisado de um ponto de vista econômico.

Seguindo a lógica da evolução do pensamento exposto por Christaller (1966), Corrêa (1997), afirma que a área central corresponde à forma espacial do que o próprio autor chama de centralização. A centralização é produto da redefinição do capitalismo industrial e a sua economia de mercado. Deste modo, a centralização corresponde à área central onde concentram-se as principais atividades comerciais, de prestação de serviços, gestão e transporte, além de destacar-se pela verticalização.

De acordo com Wanderley (2004), para que se possa ter uma compreensão, a partir do entendimento de centralidade e da hotelaria na percepção de seus territórios de negócios, é fundamental compreender os diferentes fatores que incidem na escolha da fixação do empreendimento hoteleiro.

A escolha de um local para um empreendimento hoteleiro, em determinada cidade, vai depender de fatores que variam e tem pesos diferentes em relação ao tipo específico de hotel que se pretende instalar. A escolha da localização, vai depender do tipo de hotel em estudo (WANDERLEY, 2004, p. 56).

Corroborando com Wanderley (2004), Cavenaghi (2011) reafirma que de fato o elemento de atratividade comercial é um mecanismo gerador de possibilidades de expansão do lucro e de propagação do capital.

Sendo assim, a partir desta perspectiva sobre os estudo sobre centralidades podemos, portanto, repensar a Teoria das Localidades Centrais, a partir de diferentes proposições. Uma delas, a datar do surgimento dos hospitais sanatoriais instalados na cidade de São José dos Campos, devido inicialmente às condições climáticas, ao que tudo indicava, favoráveis do município, a chegada de pessoas em busca de tratamento para a tuberculose, e que mais tarde possibilitaria o surgimento de pousadas e hotéis para receber doentes em busca de tratamento.

2.3 O período sanatorial da cidade de São José dos Campos – SP

Parte do que hoje representa o território do município de São José dos Campos teria sido ocupado por uma fazenda de gado criada por padres jesuítas ao final do século XVI às margens do Rio Comprido, hoje divisa natural entre os municípios de São José dos Campos e Jacareí. Em 10 de setembro de 1611, a lei que regulamentava os aldeamentos indígenas por parte dos religiosos fez com que os jesuítas fossem expulsos e os aldeãos espalhados (BARRETO, 2012).

Anos mais tarde, os jesuítas retornaram, estabelecendo-se em uma planície a cerca 15 quilômetros de distância, onde hoje está localizada a Igreja Matriz da cidade de São José dos Campos, no centro da cidade. Este núcleo, que deu origem à cidade de aldeia à vila. Um século depois, em 1759, os jesuítas foram expulsos do Brasil, e todas as posses da ordem confiscadas por Portugal. Na mesma época, Luis Antônio de Souza Botelho Mourão, conhecido como Morgado de Mateus, assumiu o governo de São Paulo, com a incumbência de reerguer a capitania, mera coadjuvante num cenário em que Minas Gerais se destacava pela atividade mineradora. Uma das primeiras providências foi elevar à categoria de vila diversas aldeias, entre elas São José, com o objetivo de aumentar a arrecadação provincial. Desta forma, em 27 de julho de 1767 com o nome de São José do Paraíba, a aldeia foi elevada à categoria de Vila. Um século depois, em 1864, a Vila foi elevada à categoria de cidade, e em 1871, recebeu a denominação que hoje é conhecida como São José dos Campos (BARRETO, 2012).

A cidade foi protagonista decisiva para a construção do Estado Imperial, constituindo-se no alvo preferencial das idealizações e ações que buscavam atualizá-la tanto do ponto de vista funcional como estético. Apesar de parte desses planos permanecerem somente no papel, neste momento constituíram-se as bases, em especial no campo das ideias, para as transformações radicais que surgiram apenas nas primeiras décadas republicanas (ALMEIDA, 2008).

Para Papali (1996, p.46, apud ALMEIDA, 2008):

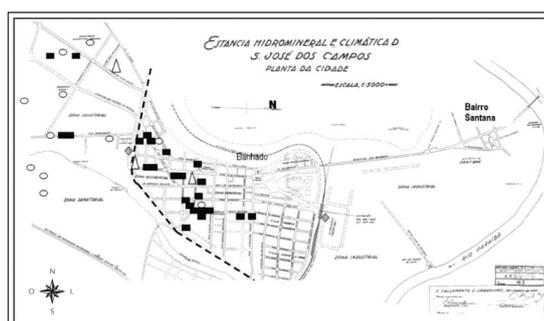
De um período anteriormente escravista e instável, mantendo uma economia acanhada em torno das pequenas e médias propriedades policultoras, a cidade de São José dos Campos de início do século XX prima pela ausência de oligopólios remanescentes da economia cafeeira.

De acordo com Reani (2012), no ano de 1935, o município passou a ser considerado Estância Climatérica e Estância Hidromineral (Decreto Estadual n. 7.007/35 e Lei Orgânica do Município n. 2.848/35), devido a sua posição geográfica, que lhe garantiram condições climáticas e relevo privilegiado.

A cidade de São José dos Campos passou a ser a cidade de maior receita da região do Vale do Paraíba Paulista, pois além das receitas municipais, recebia também um incremento do Estado. Assim, a contemplação de São José dos Campos como Estância Climatérica e Hidromineral foi de grande benefício para o município, que recebeu maiores investimentos e

possibilitou o seu melhor desenvolvimento. É neste período também, que surgiram os primeiros sanatórios, pensões e hotéis na região central (figura 2).

Figura 2 – Zoneamento da cidade de São José dos Campos, em 1938, distribuição dos sanatórios, pensões, edificações de apoio ao tuberculoso e principais indústrias.



- Sanatórios
- Pensões sanitárias
- ◇ Indústrias
- △ Edificações de apoio ao tuberculoso

Fonte: Disponível em: <<http://www.jornalonline.com.br/2013/jun/focus/5106-sao-jose-dos-campos-de-cidade-sanatorial-a-industrial-e-polo-tecnologico>> Acesso 26/10/2019.

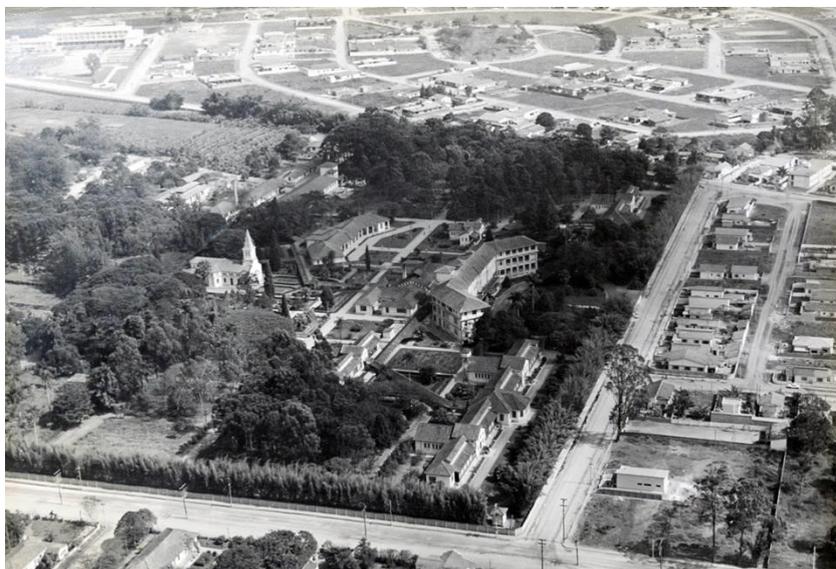
Como observamos na figura 2, a partir da contemplação de São José dos Campos como Estância Climatérica e Hidromineral, a cidade expande o número de sanatórios, hotéis e pensões, uma que vez, a maioria dos doentes não vinham sozinhos a cidade, costumavam estar acompanhados de parentes e recebiam visitantes, aspecto esse que fortaleceu o setor terciário da cidade, por meio da instalação de serviços variados para atendimento dos doentes e de seus acompanhantes e familiares.

Segundo Carvalho (2009), os primeiros sanatórios da cidade receberam aporte por meio do financiamento da Câmara Municipal de São José dos Campos, que há época comprou uma chácara de 488.000 m²; da Câmara Municipal de São Paulo, que subvencionou a construção do sanatório Vicentina Aranha, do Governo Federal e de recursos beneficentes colhidos pela elite paulistana (CARVALHO, 2009).

No ano de 1914, a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo adquiriu uma chácara na cidade de São José dos Campos, com o objetivo de construir um sanatório para a cura da tuberculose. Nessa época, o clima do município já era reconhecido como favorável à cura de doenças, o que acabou contribuindo na escolha de São José dos Campos como cidade sanatório.

Quatro anos depois, em 1918, iniciaram-se as obras para a construção do Sanatório Vicentina Aranha, inaugurado em 1924 (figura 3). A esposa do senador Olavo Egídio Aranha realizou diversas quermesses para arrecadar dinheiro para a realização do empreendimento. No entanto, faleceu antes da inauguração e, em sua homenagem, o Sanatório foi batizado com o seu nome (ALMEIDA, 2008).

Figura 3 – Sanatório Vicentina Aranha - década de 1960.



Fonte: Disponível em: <<http://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/2017/05/17/vicentina-aranha-fotografo-desconhecido-1950/>> Acesso 01/11/2019.

A partir desse momento, a cidade de São José dos Campos, passou a acomodar os doentes da capital paulista e seus familiares e com isso, a receber pecúnias do governo municipal, mas principalmente, do governo estadual, para investimentos na área de saúde, ampliações em melhorias urbanas, o que levou a cidade se desenvolver positivamente no aspecto urbanístico, com ruas mais largas e arborizadas.

Devido a rápida expansão da cidade e principalmente a chegada de novos doentes acompanhados de familiares, o município passa então a ter que normatizar o espaço e as condutas em relação a doença e ao tratamento de tuberculosos. De acordo com Lessa (2008), por conta da presença de muitos alojamentos de doentes nas áreas até então de uso residencial e comercial,

específicos para receber os tuberculosos, se fez necessário uma nova política de zoneamento, com regras específicas de uso.

Apesar da tentativa no envio da proposta encaminhada ao Congresso Nacional, no ano de 1907, pelo até então médico e diretor-geral do Departamento Nacional de Saúde, Oswaldo Cruz, sobre a aprovação de uma lei que estabeleceria a obrigatoriedade clínica de notificação dos casos de tuberculose e a criação de um serviço especializado na enfermidade, o projeto foi rejeitado. Para iniciar a primeira campanha nacional contra a tuberculose, o estado de São Paulo, por intermédio do médico higienista e diretor do Serviço Sanitário estadual, Emilio Ribas, contou com o apoio de outros colaboradores para abrir o primeiro dispensário para o tratamento e profilaxia das moléstias pulmonares, inaugurado em 1904 (LACAZ, CRUZ E BAGNATO, 2013).

Segundo Vianna e Elias (2007), a tuberculose mobilizava o município de São José dos Campos. Quase que frequente nos periódicos, no primeiro ano do semanário pró-governista foi citada em 24 fascículos, ocupando a primeira página com um conjunto de publicações.

De acordo com Orrú e Squarizi (2015), foi no final do século XIX, que a cidade de São José dos Campos começou a aproximar doentes de tuberculose provenientes de todo o país por causa da divulgação de que seus “ares” eram curativos. Desse modo, emergia a cidade sanatorial.

O período conhecido como a Fase Sanatorial compreendeu o intervalo entre o início do século XX até 1950. Com a modernização dos grandes centros urbanos, foi necessário afastar os doentes tuberculosos e com isso, a cidade de São José dos Campos tornou-se um importante polo de atração e “experiência urbana”, graças à sua localização geográfica estratégica, entre o eixo Rio de Janeiro – São Paulo, além do fácil acesso por ferrovia.

Segundo Grinover (2009), para que possamos compreender algumas das principais modificações da cidade e da própria sociedade contemporânea, é fundamental que compreendamos o conceito de “experiência urbana”. Cada aspecto da cidade deve se tornar uma experiência ativa que possa ser promovida, desejada ou mesma adquirida enquanto tal. Assim sendo, o que se vende não é o lugar, não é a cidade, mas a experiência que essa produz, a partir do seu uso.

Neste sentido, a doença teve um impacto muito forte no início do século XX, tanto em âmbito internacional, como nacional e municipal. De acordo com Zanetti, Papali e Olmo (2010),

no cenário político, o Brasil iniciava a Primeira República em meio a um intenso surto de pestes e doenças, como a febre amarela, peste bubônica, malária e varíola. A população assustada, temia o contágio, por isso, a intenção era deixar o tuberculoso distante, em todos os sentidos, para proteger os indivíduos e principalmente a sociedade, daquele que era conhecido o mal do século.

Corroborando com Orrú e Squarizi (2015), Borba e Silva (2009), ratificam a ideia de que logo após ocupar posição periférica no período áureo do café no Vale do Paraíba, por meio da conhecida fase sanatorial, a cidade de São José dos Campos ganhou certo destaque nacional, por conta dos inúmeros doentes que procuraram o clima da cidade em busca de cura para a peste branca e a tuberculose pulmonar.

Ainda de acordo com Almeida (2008), logo após a crise cafeeira, por volta do final do século XIX, a cidade recebeu grande aporte financeiro correspondente ao recebimento de tuberculosos nos sanatórios, pensões e repúblicas. Sobretudo, logo depois que a cidade foi nomeada Estância Climatérica, em 1935, e passou a receber a reserva do Fundo destinado às estâncias. Parte dessas verbas recebidas por conta do título foram utilizadas em obras de infraestrutura, como a construção de redes de água, de esgoto, de iluminação elétrica, ampliação e melhorias nas vias de acesso. O município também era responsável pela publicação do Boletim Médico (1933 - 1937) especializado no tema da tuberculose.

Não obstante, o período sanatorial também foi importante para a cidade, pois a presença de doentes em busca de tratamento abriu portas para intervenções urbanísticas, como já visto anteriormente, mas principalmente para as políticas públicas na cidade.

Isto é, pela doença a cidade se modernizou e uma nova agenda estabeleceu-se como parte das prioridades do governo, que dentre algumas medidas, adotou o regulamento das pensões para tuberculosos, por meio do decreto de 1931. Esse decreto inicia na cidade uma nova discussão sobre os meios de hospedagem, tal como, a centralidade que essas pousadas e hotéis passam a ocupar no espaço urbano da cidade de São José dos Campos.

Evidencia-se a partir disso, que mesmo que a cidade tenha se modernizado por meio da doença e tenha transformado o seu território em um centro de tratamento para a tuberculose, não podemos deixar de observar a crítica retratada por Carlos (1999), que considerando o espaço como espaço-produção, cada vez mais se atribui o valor de uso a novos lugares, à medida em que

a ampliação do capitalismo suscita novas contradições do espaço a partir do processo de reprodução da própria sociedade (ALBACH, et. al 2012).

2.4 Os meios de hospedagem da cidade de São José dos Campos no período sanatorial

Caracteristicamente, os meios de hospedagem surgem como estruturas que se destacam do conjunto de elementos que fomentaram o progresso das práticas turísticas ao longo da história. Associada à diferentes ideias dadas ao turismo, a hospitalidade assumiu e permanece assumindo um lugar central no sistema de apoio aos diversos espaços por ela ocupados.

Segundo Grinover (2009), ao estudarmos a hospitalidade no contexto atual da vida em sociedade, surgem reflexões que desdobram a noção de hospitalidade construída da antiguidade até os dias de hoje, a partir de diferentes perspectivas conceituais.

Isso ocorre, visto que alguns paradigmas foram produzidos, como aqueles, por exemplo, que consideram a hospitalidade um modo privilegiado de relação humana, um espaço para a implantação de um ritual de acolhimento. E, o conceito de acolher, exprime, então, aceitá-lo e recebê-lo no lugar onde nos encontramos: seja na nossa casa, na nossa cidade ou comunidade, ou mesmo colocando à disposição do outro, o melhor de nós. Ou seja, o melhor do que possuímos como anfitriões (GRINOVER, 2009).

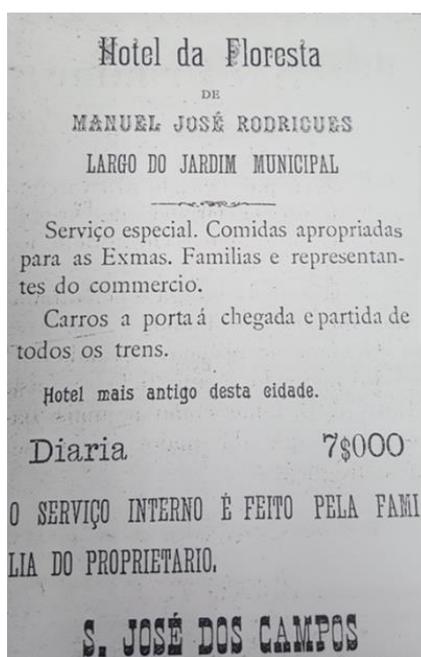
Neste sentido, parte da história dos meios de hospedagens da cidade de São José dos Campos, pode ser contada por meio dos seus almanaques (1905, 1922, 1935, 1945, 1951, 1954), e por intermédio deles, é possível constatar o aparecimento das primeiras pensões, pousadas e hotéis no município, que acolheriam em sua grande maioria até meados da primeira metade do século XX, hóspedes que estivessem em busca de tratamento médico/hospitalar, já que o município era referência no recurso terapêutico de doenças respiratórias.

Cavenaghi (2011) ratifica a importância do uso de Almanques e Memoriais, como objetos de pesquisas de documentação primárias, pois a partir dele, é possível expressar possibilidades incontáveis para a produção historiográfica, justamente por representar dados estatísticos e demográficos, como, por exemplo, prenúncios de uma política necessária a criar na cidade, neste caso, uma capacidade de direção e arranjo, pertencentes a grupos sociais hegemônicos e participantes da gestão administrativa da cidade, isto é claro, tencionando naquele momento específico de suas respectivas publicações.

O primeiro registro histórico, a esse respeito, que existe no município é datado de 1905. O hotel da Floresta é considerado o hotel mais antigo da cidade de São José dos Campos. Em seu anúncio da época, por exemplo, era possível notar o destaque dado para um serviço especial, com alimentação apropriada, destinado para famílias e representantes do comércio.

Em função da ausência de mais registros históricos, a única fonte, o Almanaque de 1905, trazia no anúncio do hotel, como é possível observar na figura 4, um importante destaque para os serviços de alimentação e hospedagem (CÂMARA, 1905).

Figura 4 – Registro do primeiro hotel da cidade de São José dos Campos – 1905.



Fonte: Câmara (1905).

Sequencialmente, surge a primeira pensão de São José dos Campos (figura 5), fundada em 1914, onze anos após o registro do primeiro hotel (hotel da Floresta), localizada na rua Vilaça, nº 54 que anos mais tarde se transformaria no Sanatório Ruy Doria, a pensão São Geraldo. As instalações internas eram completas e modernas, rivalizando com os melhores hotéis de qualquer grande capital.

A pensão possuía 33 quartos (figura 6), com acomodações para casais e solteiros, contando com ventilação, iluminação natural e artificial. Além disso, vários jardins e pomares

circundavam as instalações, permitindo aos pensionistas a realização de longos passeios, sem sair do estabelecimento. Os preços da pensão também variavam, segundo tamanho e a localização dos dormitórios. O horário das refeições também obedecia a seguinte ordem: das 06h às 09h horas da manhã, café, leite, chá, pão e manteiga. Das 11h ao meio-dia, almoço, das 15h às 16h “lunch”, das 18h às 19h, jantar e das 20h às 21h, o tradicional, chá.

Um detalhe relevante no anúncio da Pensão São Geraldo, pode ser observado a partir das reflexões propostas por Cavenaghi (2011), em que faz-se oportuno o anúncio destacar os serviços de alimentação, pois esse fazia-se presente nas novas realidades europeias, ao anunciar os seus serviços de hospedagem, sempre acompanhados dos serviços de alimentação e bebida, como um destaque e um diferencial daquela propriedade.

Figura 5 – Primeira pensão de São José dos Campos (São Geraldo) – 1914.



Fonte: Almanaque (1935).

Outro empreendimento hoteleiro, também deteve de grande notoriedade no município de São José dos Campos, na primeira metade do século XX. O hotel San Remo, figura 7, inaugurado no ano de 1933 pelo então proprietário libanês Pedro Rachid. Ao longo do primeiro mandato do prefeito João Cursino, o empresário formou com ele uma verdadeira dupla, incentivando a criação de indústrias, participando da construção das estradas que ligariam São José dos Campos à Campos do Jordão e Caraguatatuba, para as quais fornecia cimento. Além disso, Pedro Rachid, foi fundador e o primeiro presidente da Associação Comercial e Industrial de São José dos Campos, entre os anos de 1935 a 1937.

Figura 6 – Quarto da pensão São Geraldo – 1914.



Fonte: Almanaque (1935).

Figura 7 – Hotel San Remo – 1933.



Fonte: São José dos Campos – O Comércio e Desenvolvimento (1994).

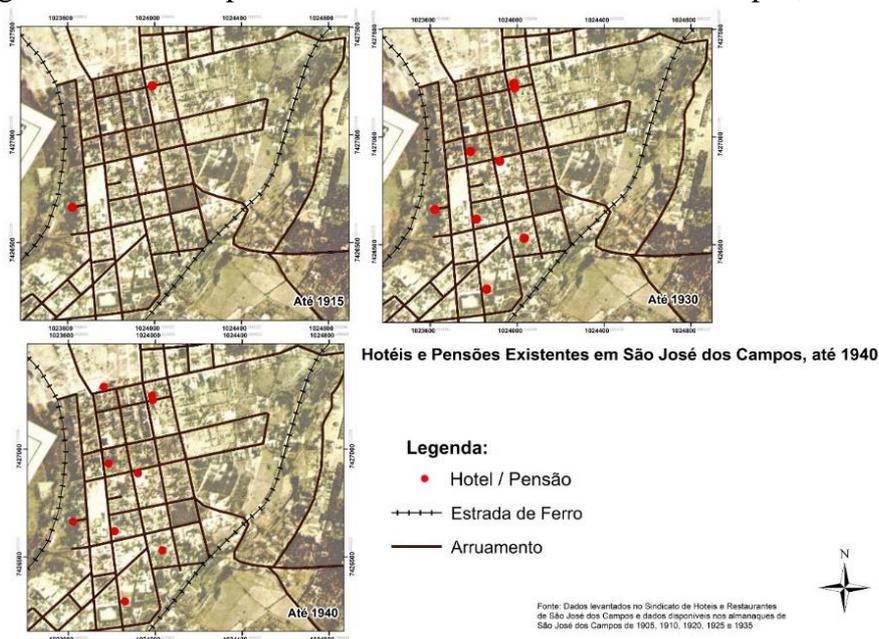
Acompanhando as novas estruturas urbanas, assim como o alargamento das avenidas, os novos meios de hospedagem que surgem, em especial as pensões destinadas para o tratamento de tuberculosos passam a ser regulamentadas por meio de um decreto, assinado pelo inspetor sanitário da cidade de São José dos Campos, Dr. Reis Junior (ELKHOURI, 2010).

Por meio deste decreto estabelecido há época, observa-se as normativas técnicas das quais as pensões necessitariam adotar, bem como, os procedimentos com relação a ocupação de

doentes que utilizariam a pousada, enquanto estivessem em tratamento na cidade. Em quase todos os artigos fixados nessa normativa, percebe-se que a vigilância sanitária apresentava grande preocupação e cautela em não verter qualquer tipo de contaminação para além do ambiente.

Dessarte-se que, os grandes investimentos feitos na cidade sanatorial, também propiciaram o melhor desenvolvimento da cidade industrial. Por meio da intervenção feita pelo Estado no município, surge uma nova forma urbana e um rearranjo da sua configuração social e espacial, inserindo a região do Vale do Paraíba Paulista e consequentemente a cidade de São José dos Campos, num novo lugar na divisão do território. Por meio da figura 8, nota-se o crescimento dos hotéis e das pensões existentes em São José dos Campos, até o ano de 1940.

Figura 8 – Hotéis e pensões existentes em São José dos Campos, até 1940.



Fonte: Autor, 2019.

Com isso, percebe-se que, o espriamento desses hotéis e pousadas ocorrem de maneira muito ordenada no centro da cidade, atribuindo a essa hospitalidade urbana um importante significado na ordem do território, que a partir da década de 1940/1950, passará por um novo rearranjo, atribuindo novos significados aquele espaço.

Na visão de César, Trentin e Marchesini (2017), a hospitalidade urbana, ao aproximar dos valores da urbanidade, definem as formas e os gestos de acolhimento e cortesia que trespassam

os edifícios, os logradouros públicos, a cidade e sua relação com as materialidades elaboradas e as imaterialidades do convívio social.

Segundo Viana e Elias (2007), entre o fim da cidade sanatorial e o início da cidade industrial, conclui-se um importante ciclo no município e com ele uma nova configuração do território passa a existir, pois a partir da segunda metade do século XX a industrialização e a expansão urbana ganham força, por meio da construção da Rodovia Presidente Dutra (1950) e da instalação do Centro Técnico Aeroespacial (CTA), marcando definitivamente o início de uma nova fase, atribuindo ainda mais valor ao solo urbano e modificando completamente o eixo de crescimento urbano regional e a expansão do parque hoteleiro da cidade de São José dos Campos.

3 Notas finais

Por meio da discussão proposta no presente artigo, observamos o quanto os estudos que envolvem o espaço regional e a centralidade urbana, estão interligados. Tanto a cidade, enquanto objeto, como o urbano, enquanto fenômeno, se situam no âmbito das reflexões acerca de espaço e sociedade, já que ambos são produtos dessa mesma relação, e mais precisamente são produzidos a partir das relações sociais historicamente determinadas e materializadas.

Como nos aponta Carlos (2004), considerando ser a cidade uma produção histórica e social, ela resguarda em suas formas, marcas reveladoras da sobreposição e coexistência dos tempos. Por meio desta perspectiva, pensar a cidade significa também refletir sobre o espaço urbano enquanto produção e reprodução histórica, que é isocronicamente realidade presente e imediata.

De acordo com Sposito (2008), a cidade revela os interesses e as ações da sociedade, e a mesmo tempo, propicia condições para que esses se realizem contribuindo para determinar o próprio movimento, derivado desse conjunto de ações.

Ao considerarmos, por exemplo, que Christaller (1966, apud CORRÊA, 1989), não apenas se preocupava somente com a localização, mas também com a organização do espaço, uma vez que na visão do autor a centralidade pode ser definida pela sua capacidade de oferecer bens e serviços também para outras localidades, conseguimos compreender o papel da cidade de São José dos Campos no período sanatorial.

E ao vermos a hotelaria, a partir das páginas de diferentes Almanques joseenses, efetiva-se apenas um dos possíveis elementos analíticos para compreender as transformações estruturais em desenvolvimento na cidade de São José dos Campos, na passagem da primeira metade do século XX para a segunda metade do mesmo século.

A cidade teve um papel basilar no tratamento da tuberculose, mas a sua função enquanto “centro”, apenas pode sobrevir devido os investimentos e recursos feitos pelo estado e pela captação de recursos que provessem a cidade, condições de receber doentes em busca de tratamento. Neste sentido, a reconfiguração do espaço urbano daquela centralidade se deu através das novas funções e características que a cidade assumiu frente a doença.

Constituiu-se assim, uma importante conexão entre o espaço regional e centralidade urbana, a começar de uma discussão sobre os meios de hospedagem a partir do período sanatorial na cidade de São José dos Campos – SP. Como resultado, constatou-se que a partir das intervenções feitas no espaço urbano na cidade, novas centralidades surgiram no território e os meios de hospedagem se amplificam, impulsionando dessa maneira a expansão do capital, a modernização da cidade e a produção social do seu espaço urbano.

Referências

ALBACH, V. de M.; GÂNDARA, J. M. G.; HACK NETO, E.; VIEIRA, V.B. O pensamento de Lefebvre e os usos e consumos dos espaços turísticos. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v. IX, n. 1, p. 105 - 117, junho 2012.

ALMEIDA, V. Z. **Cidade e Identidade: São José dos Campos, do peito e dos ares**. São Paulo: PUC, 2008 (Tese de Doutorado em História).

BARRETO, J. R. Q. **São José em Dados 2012**. São José dos Campos, 2012.

BORBA, L. M.; SILVA, J. L. G. **Cronologia histórica da cidade de São José dos Campos: Principais influências do geoprocessamento no seu desenvolvimento**. XIII Encontro Latino-Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino-Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba Paulista, 2009. Anais eletrônicos disponível em <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/RE_0443_0988_01.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2017.

CÂMARA, S. P. da (Org.). **Almanach de São José dos Campos para 1905. Ano 1**. Jacarehy: Typographia da Casa Minerva. 1905.

CARDOSO, F. C. Repensando a construção do espaço. In **Revista de História Regional**. V.3 (1):7-23, verão 1998.

CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (ORGs). **A produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo, Contexto, 2011.

CARLOS, A. F. A. **Espaço e Indústria**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. O consumo do espaço. In: CARLOS, A. F. (org.) **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

CARVALHO, E. R. C. **Um estudo sobre as ações empreendedoras no município de São José dos Campos (SP) no período de 1993 a 2008**. Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, 2009 (Dissertação de Mestrado).

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**, tradução: Arlene Caetano, 1ª reimpressão, Coleção Pensamento Crítico, volume 48, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, I. F. Prólogo In: DURÁN, R. F. Transporte, espacio y capital. Madrid: Nuestra Cultura, 1980. P. 9-21.

CAVENAGHI, A. Hotéis paulistanos: das razões da hospedagem urbana na cidade de São Paulo e as notícias em almanaques e memoriais do século XIX. **Revista Turismo Em Análise**, 22(1), 119-145.

CÉSAR, P. A. B.; TRENTIN, M. P.; MARCHESINI, T. Z. Barracão: estudo do (...). **Revista Hospitalidade**. São Paulo, volume 14, n.01, p. 1-21, agosto de 2016.

CORRÊA, R. L. **Trajatórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. Translated from die zentralen orte süddeutschland by Carlisle W. Baskin. New Jersey: Prenticehall, INC. Englewood Cliffs, 1966.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. São Paulo: ativa, 1989.

ELKHOURI, R. N. **Os libaneses em São José dos Campos: A história dos que imigraram entre 1950 e 1970**. São Paulo: USP, 2010 (Dissertação de Mestrado em Língua, Literatura e Cultura Árabe de Departamento de Letras Orientais).

GAMA, A. Uma Ruptura Epistemológica na Geografia. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 12 outubro de 1983.

GRINOVER, L. A hospitalidade na perspectiva do espaço urbano. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, ano VI, n. 1, p. 04-16, jan.-jun. 2009.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

JUNIOR, W. M. L.; SANTOS, R. C. B. Reprodução do Espaço Urbano e a Discussão de Novas Centralidades. **Revista RA E GA**, Curitiba, n. 19, p. 107-123, 2010. Editora UFPR.

LACAZ, C. P. C.; CRUZ, L. P.; BAGNATO, M. H. S. **Memórias sobre os cuidados: a tuberculose e o modelo sanatorial no início do século passado**. Resgate. São José dos Campos, Vol. XXI, 25/26 - Jan./Dez. 2013.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. MARTINS. D. B. P. e Martins. S. (do original: La production de l'espace, 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006).

_____. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte. Ed. UFMG. (1970) 1999.

_____. **A cidade do capital**. Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999a.

LESSA, S. N. São José dos Campos: A construção do polo regional do Vale do Paraíba: planejamento regional e ordenamento territorial de São José dos Campos. In: PAPALLI, M.A. e ZANETTI, V. (orgs). **Os Campos da Cidade: São José Revisitada**. São Paulo: Intergraf. Série São José dos Campos: História e Cidade, vol. 1. 2008.

MATZKIN, K. I. **Cidades Latino-Americanas. Convergência ou diversidade no processo de produção contemporânea do espaço**. São Paulo: FAU/USP, 2006. (Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo).

ORRÚ, A. C. F.; SQUARIZI. **A Representação da Fase Sanatorial (1930-1950) no imaginário da população de São José dos Campos/SP**, 2015. Educação, Batatais, v. 5.

PAPALI, M. A C. R. **Vestígios de um cotidiano: trabalhadores escravos, lavradores, negociantes e coronéis em São José dos Campos (1870-88)**. São Paulo: PUC, 1996 (Dissertação de Mestrado em História Social).

REANI, R. T. Organização do Espaço e Políticas Públicas Ambientais no Município de São José dos Campos – SP. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2012 (Tese de Doutorado em Geografia Humana).

RELPH, E. **As bases fenomenológicas da geografia**. Geografia, Rio Claro, v. 4, n. 7, 1979, p. 1—25.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, p.57-58, 1993.

_____. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 1997.

SOJA, E. **Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1993.

SCOTT, A. J. **The urban land nexus and the state**. Londres: Pion, 1980.

SPOSITO, E. S. **Redes e cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

FIROOZMAND, L. A. T.; COSTA, S. M. F. Espaço regional e centralidade urbana: uma discussão sobre os meios de hospedagem a partir do período sanatorial na cidade de São José dos Campos – SP. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, volume 18, n.1, p. 1-26, 2021.

TOURINHO, A. O. Dos Centros ao Centros: bases teórico-conceituais para o estudo da centralidade em São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2004 (Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo).

VIANNA, P. V. C.; ELIAS, P. E. M. **Cidade sanatorial, cidade industrial: espaço urbano e política de saúde em São José dos Campos**. Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, 23(6):1295-1308, jun, 2007.

WARDERLEY, H. **A percepção dos hóspedes quanto aos atributos oferecidos pelos hotéis voltados para o turismo de negócios na cidade de São Paulo**. São Paulo: POLI/USP, 2004 (Dissertação de Mestrado).

ZANETTI, V.; PAPALI, M. A.; OLMO, M. J. D. O Outro Lado da Doença: São José dos Campos em tempos de tísica. **Fase Sanatorial de São José dos Campos: Espaço e Doença**. In: ZANETTI, V (Org.). São José dos Campos: Univap, 2010.

Artigo recebido em: 14/04/2020

Avaliado em: 13/10/2020

Aprovado em: 13/10/2020